



## ATA DE REUNIÃO – COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Sessão Ordinária nº 003/2024

Data: 04 de abril de 2024.

Hora: 11:00h

Local: Sala nº 308 do 3º andar do IPAJM.

### Presenças:

Lucas José das Neves Rodrigues - Membro do Comitê de Investimentos;  
Roseane Dalvi Pedruzzi de Jesus - Membro do Comitê de Investimentos;  
Tatiana Gasparini Silva Stelzer - Membro do Comitê de Investimentos.

### Ordem do Dia:

1. Cenário Político e Econômico Interno e Cenário Econômico Externo (EUA, Europa e China);
2. Alocação e ou Realocação de Recursos;
3. Acompanhamento dos Recursos Investidos;
4. Assuntos Gerais.

### Item 01 – Cenário Político e Econômico Interno e Cenário Econômico Externo (EUA, Europa e China):

No quarto dia de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, às 11:00 horas, na sala 308 (trezentos e oito) da sede do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo - IPAJM, ocorreu a 03ª (terceira) Reunião Ordinária dos Membros do Comitê de Investimentos. A **Sra. Tatiana Gasparini Silva Stelzer** iniciou seu comentário acerca do Cenário Político Brasileiro com destaque para a decisão do presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco, que deixou caducar o trecho da MP 1202 referente ao aumento da alíquota previdenciária dos municípios. O texto previa que, a partir desta segunda (01/04/2024), a alíquota cobrada dos municípios com até 156,2 mil habitantes passaria de 8% para 20%, o que não ocorrerá mais devido à decisão de Pacheco – assim, a validade da Medida Provisória fica mantida apenas para os trechos relativos ao Perse e ao teto para uso de créditos tributários. Por meio de nota, o senador afirmou que "a discussão sobre o tema da desoneração da folha de pagamento e seu eventual novo modelo devem ser tratados integralmente por projeto de lei, não por MP", e ainda reforçou que o Congresso já havia decidido pela desoneração dos municípios. De acordo com a imprensa, a decisão causou um mal-estar entre integrantes da equipe econômica, que foi surpreendida com o ato anunciado, uma vez que ainda não há alternativa para cobrir o desfalque nas receitas com as contribuições previdenciárias por parte das prefeituras. Em outra frente de negociação, Pacheco deve se encontrar com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para tratar da questão da dívida dos estados com União. O presidente do Congresso já sinalizou que a proposta de Haddad se trata apenas do início das discussões e, segundo o noticiário, deve entrar em campo para ampliar o limite da amortização do saldo devedor, podendo, inclusive, ser o relator do projeto a ser apresentado. O presidente da Câmara, Arthur Lira, por sua vez, teria prometido ao governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, pautar a votação, ainda neste semestre, do projeto de lei que autoriza a venda de créditos da dívida dos Estados a empresas privadas, proposta de autoria do ex-senador José Serra aprovada pelo Senado em 2017, e que aguarda análise da Câmara desde então. Ainda na seara fiscal, o deputado Danilo Forte, relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias, voltou a pedir que o Palácio do Planalto recomponha os R\$ 5,6 bilhões que foram vetados pelo presidente Lula das emendas de comissão na



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS**  
**SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**IPAJM**



sanção da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024. Forte disse esperar que o governo apresente até o dia 8 de abril uma nova proposta de “suplementação” das emendas, a partir de um Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN). Caso isso se concretize, o Congresso já poderia fazer a análise dos vetos pendentes da LDO a partir do dia 11. Destaque também para a solicitação do Ministério de Minas e Energia à Aneel, para abertura de processo disciplinar contra a distribuidora Enel São Paulo, o que pode, em tese, levar à caducidade do contrato de concessão da empresa. O ministro Alexandre Silveira disse que a Enel “passou dos limites” e que “todas as possibilidades” de punição devem ser consideradas, mas para especialistas, a caducidade é improvável, ainda que problemas da companhia possam dificultar a renovação da concessão, que ocorrerá apenas em 2028. Como o processo não tem prazo fixado para terminar e o ato final de declaração de caducidade, se for o caso, é do governo. A ação do ministro é fruto de uma visão segundo a qual o Palácio do Planalto deve tomar o protagonismo nas cobranças sobre as concessionárias de serviços públicos e é vista como uma oportunidade política para o Executivo se mostrar eficiente junto à população. Silveira ainda se reuniu com o presidente Lula para debater soluções para a correção de distorções nas tarifas do setor elétrico, em reunião que também contou com a presença de Haddad e Rui Costa. De acordo com as informações, uma das opções discutidas envolve promover “justiça tarifária” com o equilíbrio do tratamento dado aos consumidores do mercado cativo, ligados às distribuidoras, e do mercado livre, mas outras propostas, como a possibilidade de uso de recursos de leilões de petróleo da estatal do pré-sal, a PPSA, para reduzir a fatura de energia, também foram colocadas sobre a mesa. Silveira, que classificou como obsessão do chefe do Executivo a redução dos preços da energia, dos combustíveis e dos alimentos, também negou que o governo tenha feito intervenções no comando da Petrobras, mas enfatizou que não é possível admitir lucros exorbitantes considerando o papel social que cabe à empresa. No mais, com relação à regulamentação reforma tributária sobre o consumo, a imprensa reporta que a secretaria extraordinária liderada por Bernard Appy trabalha na finalização dos textos que serão apresentados ao ministro da Fazenda, e a expectativa é que os projetos não cheguem ao Congresso antes do dia 15 de abril. E a pedido do ministro Alexandre de Moraes, foi adiada a análise pelo plenário do Supremo do recurso que discute a chamada revisão da vida toda das aposentadorias. Ainda não há previsão de quando o tema voltará à pauta do STF. A **Sra. Roseane Dalvi Pedruzi de Jesus** iniciou sua fala analisando o cenário econômico externo. A taxa de desemprego dos países que integram a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) ficou em 4,8% em janeiro, permanecendo abaixo de 5% desde julho de 2022. Agência de classificação de risco, Fitch, elevou sua perspectiva de crescimento do PIB global em 2024, passando de 2,1% para 2,4%. Conduzida principalmente pela elevação na expectativa de crescimento dos Estados Unidos em 2024. Os EUA registraram forte procura interna após um aumento no déficit orçamentário, porém com expectativa de impulso fiscal reduzido. O crescimento forte dos EUA deve compensar a desaceleração do PIB chinês, que sofre com colapso imobiliário e a estagnação econômica da zona do euro, puxada principalmente pela Alemanha. A agência Fitch, finaliza com a projeção de que o FED e banco central europeu (BCE), cortem os juros três vezes ao longo do ano, sendo o início do FED para julho e do BCE em junho. O CPI (índice inflacionário), nos EUA, em fevereiro, fechou em 3,8% a base anual, mas a taxa anual em 4,3% segue fora da meta do FED, o que mantém as taxas de juros entre 5,25 e 5,5 a.a., apesar de reiterada a projeção de queda de até 0,75% no ano. Já no mercado europeu, o dirigente do Banco Central Europeu, Peter Kazimir, defendeu que o BCE aguarde até junho para começar a reduzir juros, embora a instituição esteja cada vez mais confiante na trajetória de queda da inflação. Ainda segundo Kazimir, o quadro atual claramente sugere que é preciso manter calma nas próximas semanas e deixar para anunciar o primeiro corte de juros durante o verão europeu. Enquanto isso no Reino Unido a taxa de desemprego sobre a 3,9% no último trimestre com os salários perdendo força, porém o Ministro das Finanças, Jeremy Hunt, afirmou que o governo tem um plano para entregar um crescimento bem maior que o atual. No mercado asiático, o presidente do Banco do Japão, disse que a economia está se recuperando, porém, com alerta e alguns sinais de fraqueza, o que oferece uma



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS**  
**SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**IPAJM**



avaliação mais sombria do que no primeiro mês do ano. O presidente ofereceu poucas pistas sobre quando o banco central encerrará as taxas de juros negativas, em vigor desde 2016. Na China, de acordo com um porta-voz de um órgão consultivo político chinês, a economia e especialmente o desemprego juvenil é uma grande preocupação. A segunda maior economia do mundo apresenta desafios com crise imobiliária prolongada e queda no consumo interno. A inflação chinesa subiu 0,7 em fevereiro. O PMI de manufatura expandiu, porém, com a oitava queda consecutiva no preço dos imóveis. O governo chinês segue compromissado em fomentar atividade para perseguir o crescimento previsto de 5% no PIB. No mercado de capitais, as bolsas registraram ganhos generalizados, puxados pelas large caps. Passada a palavra o **Sr. Lucas José das Neves Rodrigues**, o mesmo iniciou seu comentário acerca do mercado interno falando sobre o Cenário Econômico Brasileiro. Em março, o Copom reduziu a Selic de 11,25% para 10,75%. No comunicado após a reunião, o comitê avaliou a conjuntura doméstica e internacional como mais incerta devido à persistência das pressões inflacionárias globais, e devido à resiliência doméstica da inflação de serviços e do mercado de trabalho. Diante disto, o Copom redirecionou o ritmo de cortes, prevendo mais uma queda de 0,5% na próxima reunião, com as demais decisões a depender de dados macroeconômicos. O Comitê ressalta que o ambiente segue volátil, o que enseja cautela por parte de países emergentes. As projeções do Copom para a inflação de 2024 e 2025, reduziram frente ao último comunicado. Para 2024, a expectativa é de alta de 3,5% (ante 3,8%) e para 2025 uma alta de 3,2% (ante 3,5%). Nesse cenário, mantém o caminho aberto para a continuidade do ciclo de cortes no atual ritmo, adiando a discussão sobre desaceleração do ritmo para, provavelmente, o final do 1º semestre. O atual presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou que os dados de inflação dos Estados Unidos e as medidas que serão adotadas pelo FED vão indicar a trajetória da queda de juros no país. Além disso, Campos Neto, ressaltou que o maior problema nisso é o tamanho da dívida dos países, especialmente, os países de mercado emergente. No âmbito fiscal, em fevereiro, a arrecadação atingiu R\$ 186,5 bilhões, superando as expectativas do mercado. No ano, o país acumula um superávit de R\$ 20,9 bilhões. Esses resultados permitiram que o governo apresentasse o primeiro relatório bimestral com a previsão de um déficit primário de 0,1% do PIB em 2024, dentro da faixa estabelecida pela meta fiscal. O governo, no entanto, segue ciente da possibilidade de violação da meta fiscal, e anunciou um contingenciamento de R\$ 2,9 bilhões nas despesas para 2024 para evitar uma violação do limite do arcabouço. A agência de classificação de risco, S&P Global, informou que o Brasil tem uma posição fiscal e de crescimento econômico mais fraca do que a da maioria dos pares em mercado emergente. Atualmente a nota de crédito é BB com perspectiva estável para o Brasil. A arrecadação de impostos registrados no início do ano bate recorde, sendo a maior arrecadação acumulada no ano desde o início da série histórica em 1995. Apesar disso, a realidade é que as contas públicas ainda enfrentam desafios significativos, como evidenciado pelos altos gastos com juros da dívida pública, que atingiram o maior valor histórico. Em fevereiro, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), em fevereiro, registrou 0,83% e acumulada 4,5% nos últimos 12 meses. Após sucessivas quedas nos meses anteriores, a inflação voltou a subir levemente, principalmente pelos itens relacionados aos segmentos de alimentos e de serviços de educação. O IPCA em 12 meses está exatamente no teto da meta de inflação. Para 2024, o Conselho Monetário Nacional (CMN) fixou meta de inflação de 3%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual. O IPCA, portanto, não podia superar 4,5%. As previsões de mercado estão mais otimistas que as oficiais. No Relatório Focus divulgado no dia 02 de abril, a estimativa, segundo os especialistas do Banco Central, é que o ano encerre 2024 com a inflação acumulada em 3,75% ao ano. O Ibovespa fechou o primeiro trimestre de 2024 com uma queda de 4,53%, aos 128.106,10 pontos. O resultado cai como um balde de água fria nas perspectivas otimistas que o mercado mantinha para o período desde a virada do ano. Por trás do desempenho morno do principal índice de ações da B3, estão as surpresas com a política monetária dos EUA e os riscos políticos no cenário doméstico. A diminuição da diferença entre a Selic e o juro americano prejudica a Bolsa brasileira, já que os investidores estrangeiros ficam mais inclinados a alocar recursos na renda fixa dos EUA. Até a última



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS**  
**SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**IPAJM**



terça-feira (26), os gringos retiraram R\$ 22,5 bilhões da B3. A política monetária aplicada nos EUA afeta a economia do mundo todo, tendo um impacto ainda mais relevante em países emergentes, como o Brasil. Os ruídos políticos são as principais causas para a performance negativa do Ibovespa. Tivemos bancos e commodities segurando o Ibovespa. Os bancos ficaram relativamente estáveis. Em contrapartida, as ações que possuem mais peso no setor de commodities, Petrobras e Vale, caíram. Dos 86 papéis que compõem o Ibovespa, 57 estão negativos neste primeiro trimestre do ano. O balanço dos indicadores ficara da seguinte forma: SELIC META: A Taxa Selic Meta definida na última reunião do Copom realizada no dia 20 de março está em 10,75% ao ano. SELIC OVER: Com a decisão do Comitê de Política Monetária do Banco Central de manter a Selic a 10,75% ao ano, a taxa básica de juros nacional fechou o mês de março em 0,83% e nos últimos doze meses com rentabilidade acumulada de 12,35%, no ano atual 2,62%. CDI: O Certificado de Depósitos Interfinanceiro, que remunera as aplicações pós-fixadas, atualmente encontra-se em 10,65% ao ano e teve um fechamento de 0,83% em março, no acumulado dos últimos doze meses em 12,35% e acumulado no ano de 2024 em 2,62%. IPCA: O Índice de Preço ao Consumidor em fevereiro foi de 0,83% de inflação e 4,50% no acumulado dos últimos doze meses. O encerramento definido da inflação de março será notificado no dia 10 de abril. POUPANÇA: No mês anterior, com a Selic cotada a 10,75% ao ano, a Poupança rentabilizou 0,50% + TR de 0,03%, totalizando 0,53% para o mês de março, nos últimos doze meses encontra-se em 7,60% e para ano de 2024 correspondente a 1,63%.

#### **Item 02 – Alocação e ou Realocação de Recursos**

Não houve realocações do dia 05 de março até a presente data.

#### **Item 03 – Acompanhamento dos Recursos Investidos:**

O Comitê de Investimentos, buscando transmitir maior transparência em relação às análises dos investimentos do Instituto e, em consequência, aderindo às normas do Pró-Gestão, elabora o “Relatório de Análise de Investimentos IPAJM”. Este relatório já foi encaminhado à SCO – Subgerência de Contabilidade e Orçamento, para posterior envio para análise do Conselho Fiscal do IPAJM. Segue abaixo um resumo relativo aos itens abordados no Relatório supracitado de fevereiro de 2024:

- 1) Acompanhamento da rentabilidade - A rentabilidade consolidada dos investimentos do Fundo Previdenciário em fevereiro de 2024 foi de 1,31%, ficando 0,11 pontos percentuais acima da meta atuarial para o segundo mês de 2024;
- 2) Avaliação de risco da carteira - O grau de variação nas rentabilidades está coerente com o grau de risco assumido, ou seja: 0,84%;
- 3) Execução da Política de Investimentos – As movimentações financeiras realizadas no mês de fevereiro de 2024, estão de acordo com as deliberações estabelecidas em conjunto com a Diretoria de Investimentos, bem como com a legislação em vigor;
- 4) Aderência a Política de Investimentos - Os recursos investidos, abrangendo a carteira consolidada, que representa o patrimônio total do RPPS sob gestão, estão aderentes à Política de Investimentos para o ano de 2024, respeitando o estabelecido na legislação em vigor e dentro dos percentuais definidos, exceto o percentual de Títulos Públicos que está um pouco abaixo do mínimo estabelecido na Política de Investimentos 2024, pois no momento estamos impedidos de efetuar novas compras, até que seja feito o credenciamento das instituições, corretoras, fundos de investimentos e demais agentes financeiros afetos à área de investimentos do Instituto, em virtude da nova legislação sobre o assunto.



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS**  
**SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**IPAJM**



**Item 04 – Assuntos Gerais:**

Nos dias 06 a 08 as servidoras Roseane Dalvi Pedruzzi e Tatiana Gasparini da Silva Stelzer, participaram do 6º Congresso Brasileiro de Investimentos dos RPPS, promovido pela Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais se Municipais – ABIPEM, em Florianópolis/SC. Foi um momento de muito aprendizado com importantes palestras dos mais variados temas pertinentes aos investimentos do RPPS.

No dia 12 de março de 2024, o Comitê de Investimentos, a Diretoria de Investimentos e a Gerência de Investimentos, receberam os Srs. Gustavo da Grid Assessoria e Roberto da Plural (Genial), para uma apresentação da empresa, do cenário econômico e dos fundos ofertados.

No dia 15 de março de 2024 o Comitê de Investimentos, a Diretoria de Investimentos e a Gerência de Investimentos, receberam os Srs. Daniel Sandoval e Herickson Rubim Rangel da empresa Privatiza, agentes autônomos de Investimentos, para uma apresentação de cenário econômico atual, da empresa e dos fundos ofertados.

No dia 18 de março de 2024 na parte da manhã o Comitê de Investimentos e a Diretoria de Investimentos participaram da palestra “Cenário Macroeconômico, Produtos de Investimentos para o cenário atual e Abordagem Técnica sobre o comitê de investimentos” organização realizada pela ACIP-ES no auditório da PREVES e apresentado por Guilherme Stipp, Luciano Magalhães, ambos da 4UM Investimentos e por Vitor Leitão da LEMA Economia e Finanças. No mesmo dia no período da tarde o Comitê de Investimentos, a Diretoria de Investimentos e a Gerência de Investimentos, receberam o Sr. Vitor Leitão da LEMA Economia e Finanças no IPAJM, para apresentação do cenário econômico atual, consultoria e sistema ofertado pela empresa.

No dia 19 de março de 2024 o Comitê de Investimentos e a Diretoria de Investimentos receberam os Srs. Guilherme Stipp, Luciano Magalhães e demais representantes, da empresa 4UM Investimentos, para uma apresentação de cenário econômico atual, da empresa e dos fundos ofertados.

No dia 21 de março de 2024 o Comitê de Investimentos e a Diretoria de Investimentos receberam os representantes do Banco Bradesco.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e eu, Lucas José das Neves Rodrigues, lavrei a presente Ata, assinada pelos membros presentes do Comitê de Investimentos.

**Roseane Dalvi Pedruzzi de Jesus**  
Membro do Comitê de Investimentos

**Lucas José das Neves Rodrigues**  
Membro do Comitê de Investimentos

**Tatiana Gasparini Silva Stelzer**  
Membro do Comitê de Investimentos

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

**LUCAS JOSÉ DAS NEVES RODRIGUES**  
MEMBRO DE COMITE DE INVESTIMENTOS  
SFX - IPAJM - GOVES  
assinado em 12/04/2024 15:29:33 -03:00

**TATIANA GASPARINI SILVA STELZER**  
MEMBRO (COMITE DE INVESTIMENTOS)  
IPAJM - IPAJM - GOVES  
assinado em 12/04/2024 15:31:38 -03:00

**ROSEANE DALVI PEDRUZZI DE JESUS**  
MEMBRO DE COMITE DE INVESTIMENTOS  
SAR - IPAJM - GOVES  
assinado em 12/04/2024 15:31:06 -03:00



**INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO**

Documento capturado em 12/04/2024 15:31:38 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)  
por LUCAS JOSÉ DAS NEVES RODRIGUES (MEMBRO DE COMITE DE INVESTIMENTOS - SFX - IPAJM - GOVES)  
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2024-NSNX9R>